



HERCULES S/A – FÁBRICA DE TALHERES
Companhia Aberta
CNPJ 92.749.225/0001-63

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO
AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Prezados acionistas

A administração da Hercules S.A – Fábrica de Talheres (“Companhia”), em conformidade com as disposições legais e estatutárias, tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras da Companhia e o Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

As informações operacionais e financeiras da Companhia, exceto onde indicado de outra forma, são apresentadas com base em Reais. As informações financeiras foram elaboradas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade – Demonstradas e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Financeiras da Companhia. Todas as comparações levam em consideração o ano de 2019, exceto quando especificado.

Mensagem da administração

Ao longo dos anos de existência da Companhia, participamos dos mais importantes acontecimentos econômicos e sociais, todavia, nenhum ano reuniu intensas transformações e rupturas como foi o ano de 2020, tudo foi colocado à prova, pois não havia precedentes que pudessem amparar as incertezas diante de um cenário esculpido pela pandemia.

Quando, em 11 de março de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS) elevou o estado de contaminação pelo novo Coronavírus como pandemia, admitimos que um grave cenário se instalava e diversos reflexos iriam intervir na vida das pessoas e nos negócios.

Reconhecemos que havia “um novo normal”, ao mesmo tempo era necessário manter a integralidade das operações da Companhia com foco nas atividades comerciais importantes e intensificar nosso compromisso com a sociedade.

O ano de 2020, foi severamente impactada pela pandemia do novo Coronavírus, a economia brasileira apresentou uma retração de 4,1%, ante o PIB obtido em 2019. A dinâmica entre os trimestres do ano foi bastante distinta. Enquanto na primeira metade de 2020 o PIB recuou 2,5% e 9,7%, no primeiro e segundo trimestre, respectivamente, no sentido oposto, a retomada foi de 7,7% no terceiro trimestre e 3,2% no período final, conforme reportou o IBGE na série de variação trimestral dessazonalizada.

A evolução do PIB traduziu os movimentos díspares da atividade econômica: enquanto o primeiro semestre foi pautado pelo isolamento social, queda brusca da produção, emprego e renda, no segundo semestre observou-se retorno gradual das atividades. As medidas de transferências de renda desenvolvidas pelo governo federal, como forma de compensar o impacto da contração das atividades, foram determinantes para impulsionar o consumo.

Uma vez que o desempenho da Companhia possui grande correlação com o consumo das famílias, oscilações da atividade na economia brasileira influenciam diretamente nos resultados da empresa.

Apesar do cenário ainda adverso, a Companhia segue com seus objetivos visando a regularização das questões fiscais, reposicionamento da *Marca Hercules* no mercado, bem como o crescimento da rentabilidade operacional.

A Administração permanece atenta aos fatos relacionados à crise estabelecida em torno do Covid-19 e vem conduzindo com absoluta clareza e coerência todas as providências necessárias à manutenção das atividades operacionais da Companhia.

A Administração.

Desempenho operacional

A receita de vendas da Companhia corresponde ao licenciamento da *Marca Hercules* de produtos da linha Gourmet, voltados para culinária profissional e doméstica, tais como panelas, facas, talheres, baixelas e utensílios domésticos.

A Companhia vem recuperando o desempenho operacional, o ano de 2020 a receita líquida proveniente de royalties da *Marca Hercules* apresentou melhora de 42,9% quando comparado com o mesmo período de 2019 que foi de R\$ 1,1mil reais.

Resultado financeiro

A resultado financeiro da Companhia é composta por receita financeira e atualização do passivo tributário.

A receita financeira no montante de R\$ 374 mil em 2020 e de R\$ 266 mil no mesmo período de 2019 corresponde atualização de diretos creditórios.

Outras despesas financeiras que corresponde a atualização do passivo tributário, foi no valor de R\$ 401 mil em 2020 e R\$ 791 mil no mesmo período de 2019.

Resultado líquido

O resultado líquido da Companhia em 2020 foi impactado negativamente pela decisão da Administração em repactuar o passivo tributário que até então mantinha no parcelamento instituído, Programa de Recuperação Fiscal – REFIS Lei nº 9.964, junto à Receita Federal do Brasil. Após analisar detidamente a situação do passivo tributário consolidado no REFIS, e levando em consideração que a permanência da Companhia naquele parcelamento seguia dependendo das ações judiciais ainda pendentes de decisão definitiva, entendeu por bem em migrar do parcelamento da Lei nº 9.964 (REFIS) para o parcelamento da Lei nº 13.988/2020 e a Portaria PGFN nº 14.402, de 16/06/2020, e solicitou a desistência das respectivas ações, impugnações ou recursos.

A Companhia mantinha os valores do parcelamento REFIS registrados a valor presente, o que até a data representava a melhor estimativa de desembolso é os efeitos de uma possível reversão informados em nota explicativa, com a desistência do referido parcelamento e o ingressou no parcelamento Lei nº 13.988, de 14/04/2020, os efeitos foram calculados e registrado, gerando o resultado líquido negativo em 31 de dezembro de 2020 de R\$172,0 milhões.

COVID-19 – Medidas tomadas pela Administração da Companhia para minimizar os impactos da pandemia.

Em dezembro de 2019, o Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CDC) da China identificou um surto de doença respiratórias em trabalhadores de um mercado de alimentos de Wuhan, capital da província de Hubei. Posteriormente, identificou-se como causador da doença um novo Corona vírus, denominado SARS-COV-2. O vírus pertence à família Coronaviridae e provoca uma doença respiratória, chamada de Covid-19.

Devido a rapidez em que doença se espalhou pelo mundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a Covid-19 uma pandemia em 11 de março de 2020.

No Brasil as medidas de isolamento social deram início em meados de março, obrigando o fechamento do comércio de todo o país, com retomada de forma parcial a partir de abril. Eventual efeito produzido pelas ações governamentais para conter sua disseminação poderá impactar negativamente os negócios da Companhia e, conseqüentemente, suas demonstrações contábeis.

A Administração permanece atenta aos fatos relacionados à crise estabelecida em torno do Covid-19 e vem conduzindo com absoluta clareza e coerência todas as providências necessárias à manutenção dos seus resultados através do resultado operacional da sua distribuidora que tem tomado medidas importantes para o controle e prevenção da doença e alternativas de manter suas operações a fim de não gerar impacto significativo nos negócios referente a linha Gourmet.

Audidores independentes – Instrução CVM 381/2003

Informamos que a Baker Tilly Brasil Auditores Independentes foi contratada pela Hercules S.A - Fábrica de Talheres, para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações contábeis intermediárias da Companhia referente ao exercício de 2020. Em conformidade com as normas brasileiras de preservação da independência do auditor externo, não foram contratados quaisquer outros serviços dessa empresa de auditoria externa.



Hercules S.A - Fábrica de Talheres
Balanças patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

	Nota	2020	2019
Ativo circulante			
Disponibilidades		1	1
Clientes	5	1.143	360
Impostos a recuperar		183	86
Outras contas a receber	6	15	16
Total ativo circulante		1.342	463
Ativo não circulante			
Direitos creditórios	7	6.567	6.193
Dépósitos judiciais	8	3.220	2.385
Outras contas a receber	6	514	514
Créditos em controladas	9	-	176
Intangível	10	142	142
Total ativo não circulante		10.443	9.410
Total do Ativo		11.785	9.873
	Nota	2020	2019
Passivo circulante			
Fornecedores		31	97
Impostos e contribuições sociais	11	57.477	38.839
Outras contas a pagar		359	308
Total passivo circulante		57.867	39.244
Passivo não circulante			
Impostos e contribuições sociais	11	166.661	13.563
Partes relacionadas	9	16.111	14.986
Debêntures	12	324.582	324.582
Outras contas a pagar		230	456
Provisão para contingências	13	1.355	14
Total passivo não circulante		508.939	353.601
Patrimônio Líquido			
Capital social	14	22.809	22.809
Prejuízos acumulados		(577.830)	(405.781)
Total do patrimônio líquido		(555.021)	(382.972)
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		11.785	9.873

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



HERCULES S.A - Fábrica de Talheres

Demonstrações de resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

	Nota	2020	2019
Receita operacional líquida	16	<u>1.570</u>	<u>1.099</u>
Lucro bruto		1.570	1.099
Despesas operacionais	17		
Gerais e administrativas		(1.636)	(360)
Outras receitas operacionais		(2)	1
Despesas extraordinária	11	<u>(171.955)</u>	<u>-</u>
		(173.593)	(359)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		<u>(172.023)</u>	<u>740</u>
Resultado financeiro	18		
Receitas financeiras		374	266
Despesas financeiras - capital de giro		(4)	-
Outras despesas financeiras		<u>(397)</u>	<u>(791)</u>
		(27)	(525)
Lucro (prejuízo) operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>(172.050)</u>	<u>215</u>
Imposto de renda e contribuição social	19	1	3.221
Lucro (prejuízo) do exercício		<u>(172.049)</u>	<u>3.436</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Hercules S.A - Fábrica de Talheres
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto
Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

	2020	2019
Resultado líquido do exercício	(172.049)	3.436
Ajustes para reconciliar o resultado líquido do exercício		
Provisões de ativos e passivos	173.435	350
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	(3.258)
Total das despesas e receitas que não afetam o caixa	173.435	(2.908)
Caixa Gerado nas Operações	1.386	528
Varição nos saldos ativos e passivos		
(Redução) de clientes	(783)	(22)
(Redução) de outras contas a receber - circulante e não circulante	(931)	(641)
Redução (aumento) de fornecedores	(65)	48
(Aumento) de impostos e contribuições	(712)	(163)
Redução de partes relacionadas	1.301	503
(Aumento) de outras contas a pagar - circulante e não circulante	(196)	(252)
	(1.386)	(527)
Total da geração de caixa	-	1
Aumento ou (redução) de caixa ou equivalentes de caixa		
Saldo inicial de caixa ou equivalentes de caixa	1	-
Saldo final de caixa ou equivalentes de caixa	1	1

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



HERCULES S.A - Fábrica de Talheres

Demonstrações de resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

	2020	2019
Lucro (prejuízo) do exercício	<u>(172.049)</u>	<u>3.436</u>
Total dos resultados abrangentes	<u>(172.049)</u>	<u>3.436</u>
Resultado abrangente atribuível aos acionistas controladores	<u>(172.049)</u>	<u>3.436</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



HERCULES S.A FÁBRICA DE TALHERES

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Capital realizado atualizado			Prejuízos acumulados	Total
	Capital social	Correção monetária	Total		
Em 31 de dezembro de 2018	15.300	7.509	22.809	(409.217)	(386.408)
Lucro do exercício	-	-	-	3.436	3.436
Em 31 de dezembro de 2019	15.300	7.509	22.809	(405.781)	(382.972)
Prejuízo do exercício	-	-	-	(172.049)	(172.049)
Em 31 de dezembro de 2020	15.300	7.509	22.809	(577.830)	(555.021)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



HERCULES S.A - Fábrica de Talheres

Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

	2020	2019
Receitas	1.824	1.277
Venda de serviços	1.824	1.277
Insumos adquiridos de terceiros	(1.636)	(360)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.636)	(360)
Valor adicionado bruto	188	917
Outros	(2)	1
Imposto de renda e contribuição social diferido	1	3.259
Receita financeiras	374	266
Despesas extraordinária	(171.955)	-
Valor adicionado a distribuir	(171.394)	4.443
Impostos, taxas e contribuições	(254)	(216)
Impostos federais	(190)	(171)
Impostos municipais	(64)	(45)
Remuneração de capitais de terceiros	(401)	(791)
Despesas financeiras	(401)	(791)
Remuneração de capital próprio	172.049	(3.436)
(Lucro) prejuízo do exercício	172.049	(3.436)
Distribuição de valores adicionados	171.394	(4.443)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Hercules S.A. – Fábrica de Talheres

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

1. Contexto operacional

Atividades desenvolvidas

A Hercules S.A – Fábrica de Talheres é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo.

Tem por objeto a fabricação, comercialização de talheres e outros artigos de mesa para o uso doméstico e a importação e exportação destes produtos, inclusive matérias-primas e equipamentos, podendo ainda participar em outras sociedades.

Atualmente, a Companhia opera com o licenciamento da Marca “Hercules” para fabricação e distribuição de talheres e outros artigos de mesa para uso doméstico e de restaurantes.

As ações Hercules S.A – Fábrica de Talheres são negociadas na bolsa de valores de São Paulo – B3 sob os tickers HETA3 e HETA4.

2. Contabilidade no pressuposto da continuidade operacional

As informações contábeis da Companhia foram preparadas no pressuposto de sua continuidade operacional. A Administração da Hercules, entende ser capaz de cumprir com o passivo tributário (nota explicativa 11) e debêntures a pagar (nota explicativa 12).

Em dezembro de 2020 a Administração da Companhia analisou detidamente a situação do passivo tributário consolidado no REFIS, e levando em consideração que a permanência da Companhia naquele parcelamento seguia dependendo das ações judiciais ainda pendentes de decisão definitiva, entendeu por bem em migrar do parcelamento da Lei nº 9.964 (REFIS) para o parcelamento da Lei nº 13.988/2020, e solicitou a desistência das respectivas ações, impugnações ou recursos.

Ainda em dezembro de 2020, a Companhia aderiu ao Parcelamento Transação Excepcional, prevista na Lei nº 13.988, de 14/04/2020, esse parcelamento possibilitou a Companhia parcelar quase a totalidade de passivo tributário em até 84 parcelas com descontos que chegaram a 43% da dívida.

O passivo tributário federal da Companhia, reconhecido contabilmente, inclusive o que fora indicado em parcelamentos mantidos ou já quitados, continua sendo objeto do trabalho de constante revisão.

Este trabalho de revisão, busca a adequação da real e devida das obrigações tributárias, que compõem o saldo contábil/fiscal depois de analisada dentro do enquadramento da atual legislação e jurisprudências pacificadas de última instância no poder judiciário.

Na atual fase, já foram protocoladas petições específicas, que resultaram em redução já reconhecidas no total de R\$ 7.260,

Cabe destacar que a Companhia é detentora de direitos creditórios que poderão, no momento processual oportuno, quitar quaisquer débitos federais, vencidos ou vincendos.

Em 13 de dezembro de 2013 foi realizada AGE que aprovou a emissão de debêntures de 2ª emissão privada, simples, não conversível em ações, da espécie subordinada, em uma única série no montante de R\$ 389.007, pelo valor nominal à vista, que foram subscritas integralmente pela Mundial S.A. Produtos de Consumo por meio de utilização de crédito da Mundial junto a Hercules, decorrente de saldo por mútuo e conta corrente entre as companhias. (nota explicativa 12).

A receita de vendas da Companhia corresponde ao licenciamento da marca Hercules de produtos da linha Gourmet, voltados para culinária profissional e doméstica, tais como panelas, facas, talheres, baixelas e utensílios domésticos.

A Administração da Companhia vem trabalhando desde 2018 no processo de reposicionamento da Marca Hercules no mercado, os lançamentos de novos produtos, ações de marketing, consolidação no mercado de e-commerce e exportações, são os desafios a serem enfrentados pela Administração da Companhia para melhora dos resultados operacional.

A Administração da Companhia reconhece as dificuldades de sua estrutura de capital, vem estudando opções para enfrentar os desafios e as obrigações assumidas conforme descrito acima, mas não tem dúvida quanto à continuidade operacional dos negócios da Companhia.

3. Base de preparação

a. Declaração de conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei 6.404/76, com alterações pela Lei 11.638/07, e Lei 11.941/09, pronunciamentos, orientações, interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, resoluções emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

b. Declaração de relevância

A Administração da Companhia, afirma que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis da Companhia, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

As informações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram autorizadas para emissão em reunião de diretoria realizada em 26 de março de 2021.

c. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção do seguinte item material reconhecido nos balanços patrimoniais:

i. Os instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

d. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

e. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis, que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas na seguinte nota explicativa:

Nota explicativa 13 – Provisão para contingências.
Nota explicativa 20 - Instrumentos financeiros e gerenciamentos de riscos.

3.1. Impactos do Covid-19

Em janeiro de 2020, a (OMS) - Organização Mundial de Saúde anunciou uma emergência de saúde global devido a um surto de Corona vírus (Covid-19) originário da China na cidade de Wuhan, atentando para os riscos na comunidade internacional, considerada a capacidade do vírus se espalhar globalmente, em março de 2020, a OMS classificou o surto de Covid-19 como uma pandemia, com base no rápido aumento da exposição global.

Em observância ao Ofício Circular da CVM Nº 02/2020 de 10 de março de 2020, que trata sobre os efeitos da pandemia do Covid-19 nas informações trimestrais da Companhia, a Administração avaliou os principais riscos e impactos contábeis, além das incertezas que poderiam afetar as referidas informações.

Na data de emissão destas Informações contábeis, a Companhia não identificou riscos à continuidade de seus negócios, às estimativas e julgamentos contábeis.

3.1.1 Medidas de assistência governamental

A Companhia adotou as medidas de assistência governamental concedidas pelo Governo Federal. Entre as medidas adotadas, a Companhia adotou a prorrogação nos prazos de entrega de obrigações acessórias, prorrogação nos prazos de pagamento de tributos federais. Os efeitos dessas medidas não impactaram significativamente as informações contábeis de 31 de dezembro de 2020.

3.1.2 Instrumentos financeiros Contas a receber

Conforme orientações constantes no Ofício - Circular da CVM Nº 03/2020, a Companhia realizou revisão do risco de crédito para os instrumentos financeiros. As premissas utilizadas para a mensuração da perda esperada não foram alteradas em função do cenário de instabilidade. Não foram identificados impactos materiais na análise de crédito realizada em 31 de dezembro de 2020.

3.1.3 Outros ativos

A Companhia não identificou quaisquer mudanças nas circunstâncias que indiquem o impairment de outros ativos financeiros.

3.1.4 Redução do valor recuperável (“impairment”)

A Companhia avaliou as circunstâncias que poderiam indicar impairment de seus ativos não financeiros. Não identificamos, nas unidades geradoras de caixa, indicativos de perda por impairment em 31 de dezembro de 2020.

3.1.5 Ativos diferidos

A Companhia não registra ativos diferidos sobre prejuízo fiscal em função da incerteza de realização em curto prazo. Os ativos diferidos não registrados estão informados na Nota explicativa 19, item (c).

3.1.6 Passivos contingentes e outras provisões

A Companhia não identificou contingências ou outras provisões que precisassem ser realizadas ou revisitadas decorrente dos impactos do Covid-19 para 31 de dezembro de 2020.

A administração informa que as demonstrações contábeis da Companhia não apresentaram impactos relevantes no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 em função do Covid-19, e continuará com o monitoramento e avaliação de ações a serem tomadas

4. Sumário das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

a. Instrumentos financeiros

i. Classificação

A Companhia classifica seus ativos ou passivos financeiros em i) custo amortizado e ii) valor justo por meio de resultado. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado para a gestão de ativos e passivos nas características do fluxo de caixa contratuais.

- Custo amortizado

São reconhecidos a custo amortizado os ativos e passivos financeiros mantidos em modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas específicas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros. São exemplos de ativos classificados nesta categoria: Contas a receber, fornecedores, debêntures e partes relacionadas.

- Valor justo por meio do Resultado

São reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado os ativos que: i) não se enquadram nos modelos de negócios para quais seria possível a classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado e iii) ativos financeiros que são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos. São exemplos de ativos classificados nesta categoria: caixas e equivalentes de caixa, outras contas a receber e direitos creditórios e outras contas a pagar.

ii. Mensuração

No reconhecimento inicial a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo financeiro ou passivo financeiro. Para as contas a receber de clientes a mensuração inicial se dá pelo preço da transação.

Mensuração subsequente

Observando a classificação dos ativos a mensuração subsequente será:

- Custo amortizado

Esses ativos e passivos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente a perda de crédito esperada. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado o montante de principal pago.

- Valor justo por meio do resultado

Os ativos e passivos classificados dentro desse modelo de negócio são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício.

- Redução ao valor recuperável

A Companhia reconhece para seus ativos e passivos classificados ao custo amortizado uma provisão referente a perda de crédito esperada, quando identificada.

Dentre os ativos e passivos financeiros mantidos pela Companhia, estão sujeitos ao reconhecimento de provisão para redução ao valor recuperável:

Nota explicativa 5 - Contas a receber de clientes

Nota explicativa 6 - Outras contas a receber

Nota explicativa 7 - Direitos creditórios

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável não se aplica em vista do saldo ser referente despesas sobre a marca Hercules.

b. Ativo intangível

A Companhia reconhece um ativo intangível quando este puder ser separado da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, independentemente da intenção de uso pela entidade e que resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais cujos custos possam ser mensurados com confiabilidade e que seja provável que benefícios futuros sejam obtidos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo deduzidos das perdas por redução ao valor recuperável.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A vida útil estimada de ativo intangível, marcas e patentes, para o exercício corrente e comparativo é indefinida.

A cada encerramento do exercício é revista a recuperabilidade dos mesmos e não demonstra indícios de provisão para recuperação a ser registrada.

c. Receita operacional

As receitas operacionais correspondem às receitas de royalties que representam um percentual auferido sobre as vendas efetuadas pelo representante autorizado a comercializar suas marcas. A receita é reconhecida ao valor líquido conforme estabelecido em cláusulas contratuais.

d. Despesas financeiras

As despesas financeiras abrangem despesas com atualização do passivo tributário.

e. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidos no resultado.

f. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, nos exercícios apresentados, nos termos da NBC TG 41 – Resultado por ação.

g. Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos da NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme Normas Brasileiras de Contabilidade aplicável às companhias abertas.

5. Clientes

O saldo de R\$ 1.143 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 360 dezembro de 2019) corresponde royalties a receber por licenciamento da marca e possui a seguinte composição por idade de vencimento:

O saldo de clientes a vencer possui a seguinte composição por idade de vencimento:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
A vencer até 30 dias	448	93
A vencer entre 31 e 90 dias	695	267
	<u>1.143</u>	<u>360</u>

6. Outras contas a receber

O saldo em 31 de dezembro de 2020 de R\$ 529 (R\$ 530 em 31 de dezembro 2019) sendo R\$ 514 no não circulante, referem-se à aquisição créditos junto a Eletrobrás. Os valores a pagar foram reconhecidos conforme condições pactuadas e estão registradas no grupo de outras contas a pagar no total de R\$ 203 no circulante e R\$ 64 no não circulante.

7. Direitos creditórios

O saldo de R\$ 6.567 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 6.193 em 31 de dezembro de 2019) atualizados pelo IPCA + 0,5% ao mês, referem-se aos direitos creditórios adquiriu em 2014 por meio de contrato de cessão,

oriundos de processo judicial, cuja sentença procedente determinou o pagamento de indenização às usinas de álcool e açúcar em razão da prática de intervenção do governo sobre a formação dos preços praticados nas vendas, montante de R\$ 4.300, com deságio já registrado no resultado de R\$ 2.097.

Os referidos Direitos Creditórios são analisados periodicamente por advogadas externos da Companhia, que apresentam parecer provável de realização bem como a possibilidade factível de utilização de Direitos Creditórios da Companhia para quitação de eventual passivo em aberto.

8. Depósito judicial

O saldo de 31 de dezembro de 2020 de R\$ 3.220(R\$ 2.385 em 31 de dezembro 2019) no não circulante, refere-se a depósito judicial tributário no valor de R\$ 3.214 e R\$ 6, trabalhista. Os valores de depósito judicial tributário estão atrelados a nota explicativa 11, item “b” e “c”, e serão convertidos, no momento oportuno, em redução deste passivo.

9. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, relativos a operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre partes relacionadas.

Tais transações, dadas as suas características específicas, não são comparáveis às transações realizadas com terceiros não relacionados.

Os impactos das transações entre partes relacionadas, estão demonstrados a seguir:

	Mundial S.A.	Bellini S.A.	Mundial Distribuidora	ZHEPAR	Eberle Equipamentos e Processo	Total
Saldo em 2020						
Debêntures	324.582	-	-	-	-	324.582
Saldo ativo	-	-	-	-	-	-
Saldo passivo	13.034	2.966	-	109	2	16.111
Saldo em 2019						
Debêntures	324.582	-	-	-	-	324.582
Saldo ativo	-	-	176	-	-	176
Saldo passivo	11.911	2.966	-	109	-	14.986

Abaixo apresentamos as características:

Empresa	Remuneração	Vencimento
Mundial S.A. Produtos de Consumo	Não remunerada	Indeterminado
Mundial Distribuidora de Produtos e Consumo LTDA	Não remunerada	Indeterminado
Bellini S.A.	Não remunerada	Indeterminado
Zhepar Participações LTDA	Não remunerada	Indeterminado

Em 13 de dezembro de 2013 a Companhia emitiu debêntures no montante de R\$ 389.007, que foram subscritas no seu total à vista pelo saldo decorrente da conta corrente existente entre a Companhia e a Mundial S.A, conforme descrito na nota explicativa 12.

10. Intangível

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 o saldo do intangível de R\$ 142, refere-se ao custo de registro e manutenção das marcas e patentes da Companhia nos órgãos competentes.

11. Impostos e contribuições sociais

O passivo tributário da Companhia possui a seguinte composição:

	2020	2019
Programa de recuperação fiscal - REFIS (a)	-	14.165
Parcelamento Lei 13.998 14/04/2020 (b)	180.575	-
Outros parcelamento	-	34
Outros impostos (c)	43.563	38.203
	224.138	52.402
Passivo circulante	57.477	38.839
Obrigações fiscais federais	57.472	38.818
Obrigações fiscais municipais	5	21
Passivo não circulante	166.661	13.563
Obrigações fiscais federais	166.661	13.563
	224.138	52.402

Os parcelamentos têm a seguinte composição de vencimento por ano:

2021	13.914
2022	34.587
2023	34.587
2024 até 2027	97.487
Total	180.575
Impostos e contribuições	43.563
Total do passivo e passivo não circulante	224.138

a. Tributos e contribuições sociais - Programa de recuperação fiscal - (REFIS)

A Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal – REFIS em dezembro de 1999, no qual declarou todos os seus débitos de tributos e contribuições sociais naquela data à Secretaria da Receita Federal - SRF e ao Instituto Nacional de Seguro Social – INSS. As condições mais vantajosas para amortização da dívida, dentre elas o alongamento do prazo de pagamento e a mudança de indexador (SELIC para TJLP), posteriormente normalizadas pela Resolução 004 da SRF, foram fatores determinantes para a adesão ao programa.

Com o ingresso no programa REFIS, a Companhia passou a quitar os débitos até então vencidos, à razão de 1,2% sobre o faturamento mensal.

A Companhia calculava uma previsão de pagamento futuro de toda dívida original, com base na melhor estimativa de crescimento do faturamento e deduzida da expectativa de juros futuros, resultando no montante de R\$ 14.167 (R\$ 604 reconhecidos no passivo circulante e R\$ 13.563 no passivo não circulante). A Administração manteve o entendimento de que estes montantes representam a melhor estimativa disponível quanto aos valores prováveis de serem desembolsados.

Em 31 de dezembro de 2020 a recomposição resultaria no valor de R\$ 338.486, sendo necessário reconhecer um passivo adicional de cerca de R\$ 325.012.

Existiam junto à Secretaria da Receita Federal, garantias na modalidade de arrolamento de bens, imóveis, máquinas e equipamentos da Mundial S.A. – Produtos de Consumo.

A Companhia foi considerada excluída do Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, pelo Comitê Gestor do Programa, por alegada falta de consolidação dos débitos tributários constantes do PA nº 11080.001223/96-38. Assim, considerando a existência de documentação comprobatória da inclusão dos referidos débitos tributários e baseados no posicionamento dos seus consultores jurídicos, a Companhia vinha discutido através de medidas judiciais a sua manutenção no programa de parcelamento.

Em dezembro de 2020 a Administração da Companhia analisou detidamente a situação do passivo tributário consolidado no REFIS, e levando em consideração que a permanência da Companhia naquele parcelamento seguia dependendo das ações judiciais ainda pendentes de decisão definitiva, entendeu por bem em migrar

do parcelamento da Lei nº 9.964 (REFIS) para o parcelamento da Lei nº 13.988/2020, e solicitou a desistência das respectivas ações, impugnações ou recursos.

Após a desistência do referido parcelamento foram levantados os efeitos da reversão e os valores conciliados com a Receita Federal do Brasil e a PGFN - Procuradoria da Geral da Fazenda Nacional.

Ainda em dezembro de 2020, a Administração da Companhia aderiu ao Parcelamento Transação Excepcional, prevista na Lei nº 13.988, de 14/04/2020 e a Portaria PGFN nº 14.402, de 16/06/2020, art. 9º, II, alínea "d" na modalidade "Demais Débitos" e "Débitos Previdenciários", de modo que parte dos débitos anteriormente consolidados no REFIS migraram para o referido parcelamento e o restante para o passivo de curto prazo. Os efeitos da reversão conciliação e reclassificação estão demonstrados a seguir:

Demonstrativo da reconciliação

Saldo contábil do parcelamento REFIS antes da desistência	14.167
Reversão do AVP - com efeitos no resultado	104.390
Diferença da atualização de TJLP para SELIC - com efeitos no resultado	<u>188.556</u>
Saldo consolidado com a RF e PGFN em 29/12/20	<u>307.113</u>
Reclassificação dos débitos	
Saldo consolidado com a RF e PGFN em 12/2020	307.113
(-) Reparcelados na Lei nº 13.988/20	(273.925)
(-) Reclassificados para impostos a recolher CP	(33.188)
Saldo após reclassificações	<u>-</u>

b. Parcelamento Transação Excepcional - Lei 13.988/20

Em 29 de dezembro de 2020, a Administração da Companhia aprovou adesão programa de parcelamento de débitos federais conforme Lei 13.988/20 Transação Excepcional, de débitos inscritos na a PGFN - Procuradoria da Geral da Fazenda Nacional, que possibilitou a inclusão em duas modalidades:

b.1 Modalidade demais débitos em 84 parcelas com abatimento de multas, juros e encargos, sendo as 12 primeiras parcelas no valor de R\$ 500, e o saldo em 72 parcelas iguais e consecutivas no valor de R\$ 1.300, atualizadas pela SELIC, sem exigência de garantias.

b.2 Modalidade Previdenciária em 60 parcelas com abatimento de multas, juros e encargos, sendo as 12 primeiras parcelas no valor de R\$ 480, e o saldo em 48 parcelas iguais e consecutivas no valor de R\$ 1.583, atualizadas pela SELIC, sem exigência de garantias.

Os efeitos da adesão estão demonstrados a seguir:

Demonstrativo da consolidação Lei 13.988/20

Composição do parcelamento	Demais débitos	Previdenciário	Total 2020
Montante parcelado	149.968	143.869	293.837
Reduções permitidas - com efeitos no resultado	(50.389)	(62.152)	(112.541)
Pagamento inicial	<u>(500)</u>	<u>(222)</u>	<u>(722)</u>
Total	<u>99.079</u>	<u>81.496</u>	<u>180.575</u>

c. Outros Impostos

Em 31 de dezembro de 2020 o montante de R\$ 43.563 registrados na rubrica outros impostos, corresponde a débitos gerados no mês e processos transferidos do extinto parcelamento REFIS, tais débitos serão objeto de futuras negociações de parcelamentos federais, a Companhia possui depósitos judiciais atrelados aos mesmos, conforme NE 8. Os efeitos da movimentação estão demonstrados a seguir:

Saldo CP antes da adesão ao parcelamento e reversão do REFIS	38.738
Reclassificados transferidos do REFIS	33.188
(-) Parcelados na Lei nº 13.988/20	(19.913)
(-) Reversão de débitos em duplicidade - com efeitos no resultado	(8.450)
Saldo em 2020	<u>43.563</u>

d. Revisão passivo tributário

A Companhia, mantém contínuo trabalho de diagnóstico e revisão do passivo tributário com o intuito de confirmar a possível existência de créditos a serem constituídos com base nas obrigações tributárias que compõem o saldo contábil/fiscal ou de exercícios anteriores, considerando o correto enquadramento da atual legislação e jurisprudências pacificadas em última instância no poder judiciário.

Nesta linha, dada a complexidade e volume do trabalho em desenvolvimento, a Companhia assinou contrato com uma consultoria jurídica para revisão e adequação de todo o passivo tributário federal da Companhia.

Na atual fase, já estão sendo protocoladas petições específicas, com o objetivo de reduzir a dívida da Companhia.

Até o presente momento, somente no que diz respeito aos valores em duplicidade, decadência, prescrição e multas excedentes, perante os órgãos federais, a consultoria já identificou e apresentou requerimento no montante de R\$ 7.260, valores cujas baixas já foram deferidas e diretamente vinculados aos parcelamentos instituídos pelas Leis nº. 11.941/2009 e 9.964/99.

As matérias objeto dos pedidos de cancelamento e extinção de débitos requeridos à Procuradoria da Fazenda Nacional e Receita Federal do Brasil, que administram e cobram os débitos Companhia, encontram amparo legal no CTN (Código Tributário Nacional), Leis Ordinárias, Medidas Provisórias, Pareceres e Notas editadas pela PGFN - Procuradoria da Fazenda Nacional e Receita Federal do Brasil com aprovação ministerial (MF), Soluções de Consulta Internas editadas pelo COSIT (Coordenação-Geral de Tributação) e CODAC (Coordenação de Arrecadação e Administração do Crédito Tributário), acórdãos e decisões do STJ (Superior Tribunal de Justiça) e STF (Supremo Tribunal Federal). Estes valores serão reconhecidos à medida que se tornem provável de realização.

12. Debêntures a pagar

O saldo das debêntures a pagar em 2020 é de R\$ 324.582 (idem 2019) e possui as seguintes características: Em 13 de dezembro de 2013 foi realizada AGE que aprovou a emissão de debêntures de 2º emissão privada, simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em uma única série no montante de R\$ 389.007, pelo valor nominal à vista, que foram subscritas integralmente pela Mundial S.A – Produtos de Consumo, por meio da utilização de crédito da Mundial junto à a Hercules, decorrente de saldo por mútuo e conta corrente entre as companhias.

As debêntures são perpétuas e somente ocorrerá o seu vencimento, de sua quitação integral, em caso da dissolução da sua emissora, ou, antecipadamente se a emissora descumprir qualquer das obrigações estabelecidas na escritura de emissão.

O valor nominal das debêntures, sobre o qual não incidirá qualquer correção monetária, será pago em espécie e (i) amortizado anualmente, com base no fluxo de caixa operacional livre do exercício social vencido, nos 10 primeiros dias úteis após a divulgação das demonstrações contábeis da Emissora, em qualquer das formas previstas no Art. 133 da lei nº 6.404/76, obrigatoriamente, e (ii) amortizado trimestralmente caso haja fluxo de caixa operacional livre positivo, nos 10 primeiros dias úteis após a divulgação das demonstrações contábeis da emissora do trimestre imediatamente anterior, em qualquer das formas previstas no Art. 133 da lei nº 6.404/76, e, de forma não obrigatória e a exclusivo critério da Emissora, e por ocasião do vencimento final ou do vencimento antecipado, até 10º dia útil posterior ao evento.

A Companhia oferece como garantia o penhor da Marca de sua titularidade para assegurar o fiel, pontual e integral cumprimento das obrigações principais e acessórias assumidas.

Em novembro de 2014 a Companhia enviou a Mundial S.A. o valor R\$ 84.369, através de transferência prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social para que a mesma utilização no parcelamento da Lei nº. 13.043/2014, sendo esse valor utilizado para amortização de parte do saldo das debêntures.

Em novembro de 2017 a Companhia aderiu ao parcelamento Lei nº. 13.496/2017, conforme mencionado na nota explicativa 11, o que resultou na reversão de parte dos prejuízos fiscais e base negativa utilizados para a amortização das debêntures, conforme mencionado no parágrafo anterior, no montante de R\$ 19.944.

Trimestralmente, empresa independente fornece laudo de revisão do valor da marca Hercules, dada em garantia e laudo de capacidade de realização de pagamento dessas debêntures. O valor da marca dado em garantia corresponde a R\$ 284.806 (R\$ 297.472 em 2019). Os laudos efetuados por especialistas externos foram aprovados pela Diretoria da Companhia.

13. Provisão para contingências

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração da Companhia, com base em informações de seus assessores jurídicos, analisa as demandas judiciais pendentes e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas constitui provisão.

O saldo em 31 em dezembro de 2020 de R\$ 1.355 (R\$ 14 de dezembro de 2019) e considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações cíveis e trabalhistas em curso.

Existem processos e obrigações cíveis, trabalhistas avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível sem mensuração com suficiente segurança devido a eventos futuros incertos, nos montantes apresentados no quadro abaixo:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Causas trabalhistas	19	19
Causas cíveis	-	1.209
	<u>19</u>	<u>1.228</u>

14. Patrimônio líquido

Capital social

O capital social de R\$ 15.300, excluída a correção monetária de R\$ 7.509, está dividido em 171.198 ações ordinárias e 338.801 ações preferenciais, todas sem valor nominal. Aos acionistas é assegurado, anualmente, distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, correspondentes a 30% do lucro líquido ajustado. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas gozam da prioridade do direito ao recebimento de um dividendo mínimo de 6% ao ano sobre o capital social.

O capital social poderá ser aumentado, independente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho Administrativo sobre subscrição de ações públicas ou particular, observando o limite de 50.597.929 ações ordinárias nominativas e 101.195.858 ações preferenciais nominativas.

i. Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

ii. Ações preferenciais

Ações preferenciais são classificadas no patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis, ou resgatáveis somente à escolha da Companhia e quaisquer dividendos sejam discricionários. Dividendos pagos são reconhecidos no patrimônio líquido quando da aprovação pelos acionistas da Companhia.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definidos em estatuto, quando destinados são reconhecidos como passivo.

15. Resultado por ação

O resultado por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia no exercício e a respectiva quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação neste exercício, comparativamente com o mesmo exercício de 2019 conforme o quadro abaixo:

Data	Histórico	Quantidade de ações ordinárias	Média ponderada de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Média ponderada de ações preferenciais
31/12/2020	Saldo final de ações	171.198	171.198	338.801	338.801
31/12/2019	Saldo final de ações	171.198	171.198	338.801	338.801
			2020	2019	
	Resultado do período		(172.049)	3.436	
	Média do período de ações ordinárias		171.198	171.198	
	Média do período de ações preferenciais		338.801	338.801	
	Resultado por ação ordinária básico e diluído		(337,3516)	6,7373	
	Resultado por ação preferencial básico e diluído		(337,3516)	6,7373	

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia apresenta o resultado por ação diluído em mesmo montante que o cálculo básico, pois não existem instrumentos financeiros com direito a conversibilidade em ações e suas ações ordinárias e preferenciais não possuem distinção na participação dos lucros.

16. Receita operacional líquida

Conciliação da receita bruta e líquida, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

	2020	2019
Receita bruta de serviços	1.824	1.277
Impostos sobre serviços	(232)	(163)
Programa de recuperação fiscal (REFIS)	(22)	(15)
Receita operacional líquida	1.570	1.099

17. Despesas por natureza

	2020	2019
Receitas e despesas por função		
Despesas administrativas	(1.636)	(360)
Outras despesas operacionais	(2)	1
Outras despesas extraordinárias (a)	(171.955)	-
	(173.593)	(359)
Despesas por natureza		
Serviços contratados com terceiros	(212)	(294)
Alienação de investimentos	-	(10)
Provisão de reclamatório civil	(1.356)	-
Outras despesas extraordinárias	(171.955)	-
Outras receitas e despesas operacionais	(70)	(55)
	(173.593)	(359)

- a) Os valores registrados a rubrica outras despesas extraordinárias corresponde a desistência do parcelamento REFIS e adesão ao parcelamento transação, conforme nota explicativa 11.

18. Resultado financeiro

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receitas financeiras		
Atualização de diretos creditórios	374	266
	<u>374</u>	<u>266</u>
Despesas financeiras		
Despesas de giro	(4)	-
Outras despesas financeiras - atualização passivo tributário (a)	(397)	(791)
	<u>(401)</u>	<u>(791)</u>
Resultado financeiro	<u>(27)</u>	<u>(525)</u>

19. Imposto de renda e contribuição social - diferido

(a) O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas oficiais e são demonstrados como segue:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>(172.330)</u>	<u>220</u>
Outras adições e exclusões permanentes e temporárias, líquidas	994	12
(-) Compensação de 30% dos Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	-	(70)
Base de cálculo ou prejuízo acumulado	<u>(171.336)</u>	<u>162</u>
Imposto de renda 15%	-	(23)
Contribuição social 9%	-	(14)
Total	<u>-</u>	<u>(37)</u>
Alíquota efetiva do imposto	<u>0%</u>	<u>17%</u>
Imposto de renda e contribuição social diferido	1	3.258
Saldo final	<u>1</u>	<u>3.221</u>

(b) A Ativação do prejuízo fiscal e base negativa registrada em 2019 no valor de R\$ 3.258, corresponde ao complemento transferido a Mundial Distribuidora de Produtos de Consumo, em função da adesão e consolidação ao Parcelamento da Lei 13.496/2017 – Programa Espacial de Regularização Tributária – PERT, tal parcelamento permitia quitar saldo de tributos federais com prejuízo fiscal e base de cálculo negativa próprio ou de empresas do grupo

(c) A Companhia possui ativos fiscais diferidos oriundos dos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social acumulados não reconhecidos nas demonstrações contábeis, no montante de R\$ 109.657.

20. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

a. Análise dos instrumentos financeiros

A avaliação dos ativos e passivos financeiros da Companhia em relação aos valores justos de mercado foi efetuada por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

b. Categorias e mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros

Os principais ativos e passivos financeiros da Companhia são classificados a custo de amortizado e valor justo por meio de resultado, estão demonstrados abaixo:

Custo amortizado	Valor contábil		Valor justo	
	2020	2019	2020	2019
Clientes	1.143	360	1.143	360
Partes relacionadas ativas	-	176	-	176
Fornecedores	31	97	37	97
Debêntures	324.582	324.582	324.582	324.582
Partes relacionadas passivas	16.111	14.986	16.111	14.986

Valor justo por meio de resultado	Valor contábil		Valor justo	
	2020	2019	2020	2019
Outras contas a receber	529	530	529	530
Direitos creditórios	6.567	6.193	6.567	6.193
Outras contas a pagar	589	764	589	764

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros são incluídos no valor pelo qual os instrumentos poderiam ser trocados em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

Contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

O valor justo dos recebíveis não difere de forma relevante dos saldos contábeis, pois têm atualização monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável.

c. Gestão de risco

As operações contábeis da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas.

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração, a estrutura, o custo e o prazo das operações cotadas:

i. Risco de moeda com variações cambiais

A Companhia não tem exposição relevante ao risco de variação em moeda estrangeira.

ii. Risco de crédito

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Companhia a riscos de crédito referem-se, as contas a receber. Todas as operações da Companhia são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos. Em 31 dezembro de 2020 e 2019 o saldo de contas a receber de cliente corresponde a R\$ 1.143 e R\$ 360, respectivamente.

iii. Risco de liquidez

Representa o risco de escassez e dificuldade da Companhia em honrar suas dívidas. A Companhia procura alinhar o vencimento de suas dívidas com o exercício de geração de caixa para evitar o descasamento e gerar a necessidade de maior alavancagem.

21. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2020, a cobertura de seguros contratada pela parte relacionada Mundial S/A é composta por R\$ 7.150 para responsabilidade civil e R\$ 44.600 para danos materiais. Tais apólices são corporativas e englobam também os riscos relacionados à Hercules S.A. - Fábrica de Talheres.

* * * * *

Conselho de Administração

Adolpho Vaz de Arruda Neto – Presidente

Wilson Vieira de Britto – Vice-Presidente

Marcelo Freitas Pereira – Conselheiro

Diretoria

Adolpho Vaz de Arruda Neto – Diretor Superintendente

Marcelo Fagundes de Freitas – Diretor Administrativo e Financeiro
e Diretor de Relações com Investidores

Júlio Cesar Câmara – Diretor Geral de Personal Care e Gourmet

Ivanês Grison Souto

TCCRC nº RS 084547/O-0 SSP



Hercules

Hercules S/A – Fábrica de Talheres

Companhia Aberta

CNPJ 92.749.225/0001-63

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES.

Para fins do disposto no inciso V e VI do artigo 25 Instrução da CVM nº 586/2017, os Diretores da Hercules S.A – Fábrica de Talheres, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes pela BAKER TILLY BRASIL RS AUDITORES INDEPENDENTES SOCIEDADE SIMPLES, relativo às demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

São Paulo, 26 de março de 2021.

Adolpho Vaz de Arruda Neto
Diretor Superintendente

Marcelo Fagundes de Freitas
Diretor e DRI

Julio Cesar Camara
Diretor



Hercules

Hercules S/A – Fábrica de Talheres

Companhia Aberta

CNPJ 92.749.225/0001-63

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2020.

Em conformidade com os incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 586/2017, e em cumprimento às disposições legais e estatutárias, os Diretores da Hercules S.A. – Fábrica de Talheres, declaram que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Autorizando sua conclusão nesta data.

São Paulo, 26 de março 2021.

Adolpho Vaz de Arruda Neto
Diretor Superintendente

Marcelo Fagundes de Freitas
Diretor e DRI

Julio Cesar Camara
Diretor

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Administradores e Acionistas da
HERCULES S.A. - FÁBRICA DE TALHERES
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da HERCULES S.A. - FÁBRICA DE TALHERES (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da HERCULES S.A. - FÁBRICA DE TALHERES em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 02 às demonstrações contábeis, a qual a Companhia detalha que foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional, no entanto o balanço patrimonial apresenta passivo a descoberto (patrimônio líquido negativo) de R\$ 555.021 mil em 31 de dezembro de 2020 (em 2019 R\$ 382.972), apresenta alto endividamento de curto prazo e possui parcelamento de passivos tributários conforme detalhado na nota explicativa nº 11. Essas condições indicam a existência de incerteza que pode levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia em caso de não geração de caixa suficiente para honrar seus compromissos assumidos. A continuidade normal dos negócios da Companhia depende do sucesso na implementação das medidas desenvolvidas por seus Administradores, e a condição de permanência nos programas de parcelamentos. As demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou quanto aos valores e a classificação de passivos, que seriam requeridos no caso de insucesso dessas medidas, as quais visam o fortalecimento do seu equilíbrio financeiro. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção “Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional”, determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

1. Debêntures a pagar para Companhia relacionada

Conforme descrito na nota explicativa nº 12, a Companhia possui debêntures a pagar para a empresa relacionada Mundial S.A. – Produtos de Consumo no montante de R\$ 324.582 mil em 31 de dezembro de 2020, cuja liquidação depende da continuidade do atual plano de reestruturação implementado pela Administração. A Companhia avalia periodicamente, a mensuração do valor justo da marca Hercules por empresa independente, a qual é oferecida em garantia sobre a operação das debêntures, que são suportadas por estimativas de rentabilidade futura preparadas com base em dados e premissas mercadológicas tais como taxas de crescimento, taxas de desconto e projeções de fluxos de caixa. Devido à relevância dos valores envolvidos, bem como das possíveis alterações das estimativas e premissas adotadas para determinar a sua recuperabilidade, e pelo potencial impacto que essas alterações poderiam infringir às demonstrações contábeis da Companhia, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Nossos procedimentos incluíram, avaliação dos controles internos da Companhia em relação a capacidade de pagamento dos compromissos assumidos e as principais premissas aplicadas para análise da capacidade de geração de caixa para e a mensuração do valor justo da marca Hercules, suportada pelo Laudo emitido por especialista externo, onde foi corroborado as estimativas das taxas futuras de crescimento do segmento, bem como os dados fornecidos pelos administradores quanto a precisão histórica das estimativas e consideramos sua capacidade de produzir previsões precisas de longo prazo para geração de caixa.

Baseados nos procedimentos, consideramos aceitáveis os registros contábeis efetuados e as informações divulgadas nas demonstrações contábeis da Companhia das debêntures a pagar de partes ligadas.

2. Impostos e contribuições sociais – Programas de parcelamentos

Conforme descrito na nota explicativa nº 11.a, a Companhia é parte integrante em programas de parcelamento federais instituído pela lei 13.998 de 14 de abril de 2020, os quais totalizam o montante de R\$ 180.575 mil. O não cumprimento das regras estabelecidas no Programa, resulta em uma possível exclusão do parcelamento, o que implicaria em exigibilidade imediata da totalidade da dívida inscrita ainda não paga e a automática execução das garantias prestadas. Devido à relevância dos montantes reconhecidos deste passivo tributário, oriundos dos impostos parcelados, e ao fato que mudanças nas condições externas podem impactar significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis, consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

- Obtivemos junto a administração da Companhia o entendimento do processo operacional de revisão, preparação e validação da atualização dos tributos e especialistas terceiros.

- Obtenção de evidências sobre o risco de perda considerado pela Companhia, posições tributárias adotadas, incluindo a documentação existente, pareceres e opiniões legais preparados por assessores jurídicos.
- Verificamos os pagamentos do parcelamento tributário registrado durante o exercício e confrontamos com as guias de liquidação.
- Obtivemos confirmação da situação da homologação através de consulta no Centro Virtual de Atendimento (e-CAC) emitido pela Companhia.
- Avaliamos as conciliações entre os saldos contábeis registrados com as planilhas de apuração e documentos pertinentes à apuração e avaliamos a mensuração dos valores divulgados tendo por base as políticas contábeis aplicadas pela Companhia e comparamos com as avaliações preparadas pelos assessores jurídicos internos e externos da Companhia.
- Também consideramos a adequação das divulgações feitas nas demonstrações contábeis.

Baseados nos procedimentos, consideramos adequados os registros contábeis efetuados e as informações divulgadas nas demonstrações contábeis da Companhia sobre as obrigações tributárias parceladas.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações contábeis do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria do exercício anterior

As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram por nos examinadas e emitimos relatório dos auditores independentes datado de 27 de março de 2020, com opinião sem modificação, contendo parágrafo de incerteza relevante sobre a continuidade operacional e principais assuntos de auditoria "PAA" os assuntos relacionados são (1) Programas de parcelamentos de impostos e contribuições sociais e (2) Debêntures a pagar para Companhia relacionada.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar

distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, RS, 26 de março de 2021.

Sérgio Laurimar Fioravanti
Contador – CRCRS nº 48.601
Baker Tilly Brasil RS Auditores Independentes S/S
CRCRS nº 006706/O
CVM 12.360